

EDITORIAL

“**A**valiação” está de cara nova, em formato de livro. Março de 2002, vigésima terceira edição, ano 7, mais de duas centenas de trabalhos publicados, em português e espanhol, que se tornaram leitura obrigatória para tantos estudantes, particularmente de pós-graduação, e professores que se interessam pelos estudos e pela prática da avaliação (e) da educação superior: estes dados são marcas de uma construção levada com o esforço e a dedicação de todos nós que trabalhamos pela consolidação de uma sociedade democrática e de uma universidade cidadã socialmente relevante. Os leitores podem estar lembrados do que disséramos na Introdução do livro **Universidade Desconstruída. Avaliação Institucional e Resistência** (Editora Insular), publicado por iniciativa da RAIES, que esta Revista produz. Está lá: *“a avaliação institucional se projeta como uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões, estruturas e relações que constituem a totalidade da instituição educativa, neste caso, de nível superior”*. E mais uma vez insistimos, como o fazemos agora, em enunciar os objetivos da RAI-ES e particularmente da Revista “**Avaliação**”: *Move-nos, então, o desejo de contribuir para o adensamento dos debates a respeito da educação superior brasileira e para a consolidação da área de avaliação institucional. A produção de idéias nesse campo e sua materialização em ações intervêm sobre uma problemática que ultrapassa a questão da universidade nos torvelinhos das vertiginosas transformações destes tempos e os debates sobre políticas e reformas da educação. A avaliação da educação superior nos lança no centro dos projetos sociais e sobretudo econômicos que impõem uma nova organização para o mundo de hoje e do futuro. Para compreender a avaliação é também necessário compreender seus papéis no universo político mais amplo.*

Esses propósitos continuam vivos e cada vez mais necessário se torna desenvolver ações para promovê-los. Estamos nos esforçando muito para fazer da RAIES uma rede de estudos que alimentem os debates, pesquisas e ações no âmbito da educação superior. É com esta preocupação que agora entregamos aos leitores mais este número de Avaliação. Mas, não é só. O assinante estará recebendo, sem ônus adicional, além desta revista, um outro livro contendo trabalhos de vários de nossos colaboradores e organizado por José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff (Editora Insular). Trata-se de **Avaliação Democrática para uma Universidade Cidadã**. Como o leitor haverá de perceber, este livro também contém uma unidade temática bem definida. É útil transcrever algumas palavras introdutórias: *Assumindo o sentido político da educação e da avaliação, os textos deste livro se inserem na linhagem dos estudos críticos das políticas educacionais. Assumimos claramente a perspectiva de que ao analisar e interpretar os fenômenos sociais e suas instituições sempre discutimos e construímos sentidos que têm interesse público. Portanto, nos situamos no campo de confrontos sociais onde se disputa a hegemonia de um ou de outro tipo de mundo e de sociedade. Ao falar da avaliação como um fenômeno de enorme centralidade*

nas políticas educacionais e ao tratar destas como sendo fundamentais à sociedade ou ao mercado e ao próprio Estado, conforme as distintas concepções e ênfases, assumimo-nos como críticos e construtores de processos políticos - tarefa essencial e irrecusável de professores universitários. Sempre que falamos de educação, aí incluída obviamente a superior, estamos tratando de formação. A questão fundamental que aí se põe é saber de que formação estamos falando e qual formação estamos promovendo. Por isso, cada um a seu modo, os autores desse livro assumem que a universidade – e de modo geral toda a educação superior - não pode abrir mão de promover três dimensões essenciais para o desenvolvimento humano: epistemológica, política e ética. Esclarecem, dentre tantas outras idéias fortes: a ética deve ter primazia sobre a técnica (Dias Sobrinho); além de construir e transmitir conhecimentos, cabe ao professor universitário a intransferível tarefa de contribuir para a formação e a conscientização dos seus alunos (Goergen). Claro que tudo isso é muito difícil e complexo, pois a educação superior é, como lembra Ristoff, um cenário de tensão, de conflito de agentes, de agências, de métodos e técnicas, de propósitos, de ações, de forças representativas de grupos de interesses (governos, setores diversos da economia, partidos políticos, pais, professores, alunos, servidores, empregadores, a mídia, entre outros). Por isso mesmo, é muito importante a advertência que Meneghel e Lamar fazem a propósito das práticas de avaliação produtivistas: ao centrarem-se no produto e na gestão em sua capacidade de competir, e não no processo educativo, compreendido como formação humana e construção da cidadania, descartam princípios e valores como democracia, solidariedade, autonomia, emancipação”. E muito mais haverá o leitor a conferir.

Este número de **Avaliação**, em seus sete textos, leva adiante esses propósitos e preocupações.

José Dias Sobrinho reflete sobre tendências e tensões que se operam na educação superior especialmente nestes últimos anos, e que fazem parte da positivização geral da vida. De um lado, a pressão do mercado, do outro, o controle do Estado para assegurar que as instituições educacionais se ajustem às leis e demandas daquele. Também as instituições que recebem financiamentos públicos enfrentam uma forte tensão entre as imposições do mercado e o espírito público que as constituem essencialmente e que lutam por preservar, ainda que num quadro adverso. O texto trata da nova lógica da privatização e do quase-mercado educacional, reconstruindo os sentidos que essas expressões estão adquirindo no âmbito das reformas gerais e no quadro da *modernização* da educação superior. Essas transformações tocam a essência da educação e modificam os sentidos da *formação* e da *qualidade educativa*. Requerem um aumento do poder controlador e fiscalizador do Estado e se ligam a uma nova noção de *autonomia*, subordinada à ideologia da eficiência e ao cumprimento de objetivos ou metas, e controlada pela “*avaliação*” produtivista e competitivista promovida pelo Estado. Antecipamos ao leitor algumas passagens que servem de amostragem do “clima” do texto: *Junto com a ideologia empresarial e suas práticas vêm o individualismo, a competitividade, o utilitarismo, a maximização dos rendimentos a qualquer preço, a cultura e o culto dos resultados. [...] Os Estados contemporâneos têm adotado muito comumente uma atitude legiferante e aumentado significati-*

vamente seu poder fiscalizador. [...] Avaliação como controle dos produtos é o contraponto da autonomia dos processos. [...] Formação humana e qualidade educativa em seus sentidos fortes se encontram e se realizam como fenômenos técnicos e, de modo inseparável, profundamente éticos. Portanto, como bens públicos e sociais.

Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira apresenta em seu artigo uma reflexão sobre as implicações do novo cenário pós-moderno para as questões da universidade. Após tratar de algumas referências conceituais a respeito do termo *pós-modernidade*, volta a atenção ao processo formativo que se processa na universidade. À pergunta sobre *as direções que as instituições educacionais tomarão e quais os valores que fundamentarão essas mudanças*, a autora responde: *A educação deverá canalizar suas atividades formativas para o desenvolvimento de cidadãos que ajam como profissionais responsáveis, cotidianamente, de forma individual e coletiva, para a construção de uma sociedade globalmente melhor. E ainda: A forma curricular na pós-modernidade deve fazer com que o aluno, ao vivenciar um problema, o veja como acontecimento em todo o seu contexto e não como cópia de uma teoria generalizada, que reconheça não só o que ele tem de geral e explicativo, como o que ele tem de único e singular.*

Mauro Mendes Braga, Maria do Carmo Peixoto e Lisangela Fonseca Diniz apresentam a pesquisa em que abordam questão da evasão no ensino superior noturno, a partir do estudo do curso de Química da UFMG, turmas de 1994 a 1998. Os dados levantados a respeito do noturno foram comparados com resultados referentes a estudos similares para o curso diurno, turmas de 1990 a 1995. Concluem que *as taxas no noturno, em média da ordem de 20 %, foram menores do que no diurno e apresentaram tendência de diminuição ao longo do período estudado. Similarmen-te ao observado no diurno, a evasão à noite é marcadamente influenciada pela variável sexo e pelo desempenho no início do curso e não é afetada pelo desempenho no vestibular. Por outro lado, diferentemente do verificado no diurno, a evasão é condicionada pela relação de trabalho do estudante e pela sua renda familiar. Os evadidos foram entrevistados, observando-se que eles atribuem a evasão às dificuldades para conciliar estudo e trabalho.*

Ernesto F. Villanueva nos oferece elementos importantes para estudos comparados. Com a autoridade que tem como vice-presidente da CONEAU (Comisión Nacional de Evaluación y Acreditación Universitaria), da Argentina, discute o conceito de *qualidade* e o sentido que lhe é atribuído por este organismo. Para ele, o conceito de qualidade da educação superior tem sido o eixo das políticas nessa área ao longo da década de noventa. Se bem que a seu respeito se produzam acordos, acaba sendo mais complexo achar um sentido unívoco para o termo *qualidade*. Informa Villanueva que a CONEAU se encarrega de atestar a qualidade dos cursos de pós-graduação e graduação regulados pelo Estado e da avaliação da qualidade de todas as instituições argentinas de educação superior. Segundo ele, este é um processo flexível e estabelecido no marco da missão e dos objetivos de cada instituição, pois o objetivo é melhorar a qualidade e não estabelecer normas e prescrições. E destaca, com muita propriedade: *as organizações complexas dificilmente se modificam a não ser a partir de*

uma profunda convicção por parte de seus participantes. Neste sentido, a lei disse que a avaliação externa é apenas um complemento da auto-avaliação.

María Cristina Parra Sandoval oferece a segunda contribuição internacional, trazendo informações sobre as reformas universitárias de um outro país latino-americano. Ela discute algumas das políticas do Estado venezuelano com relação à educação superior e seu possível impacto no desenvolvimento da carreira acadêmica, dando especial ênfase ao Programa de Promoção do Investigador (PPI) e ao Benefício Acadêmico (CONABA). Apresenta algumas conclusões que dão conta da percepção que os professores universitários têm a respeito das políticas de avaliação do desempenho postas em prática pelo Estado, em resposta às novas exigências que ambos atores enfrentam. No final, apresenta comparações com outros países latino-americanos. Diz ela que *“os desafios que a educação superior contemporânea enfrenta poderiam resumir-se em um conjunto de aspectos chave que de alguma maneira sempre têm estado presentes nas discussões em torno dos temas da equidade, qualidade, pertinência da educação superior e seu financiamento. Esclarece que Venezuela tomou com atraso o trem das transformações universitárias. Para ela, só a partir da última década do século passado se tomou consciência plena da urgência das demandas e, timidamente, se começou a mobilização para um modelo sobre o qual se pensou como principal objetivo a ‘obtenção da excelência acadêmica’.*

Moema Miranda de Siqueira discute a importância crescente da avaliação dos docentes pelos alunos, tanto como instrumento para melhoria da qualidade do ensino, como para a maior democratização das relações sociais nas universidades. Embora reconhecendo as dificuldades de sua implantação, preconiza a adoção de um sistema com objetivo construtivo e não punitivo, centrado no modelo ativo de aprendizagem, com implicações éticas e de compromisso social. Oferece, a título de sugestão, um modelo de instrumento desta avaliação. Diz ela que *a avaliação de desempenho docente deve integrar-se a um processo maior de avaliação de ensino/aprendizagem.* E alerta para a importância da participação dos docentes nos processos avaliativos e para a adoção de princípios e valores comuns: *a proposta de uma avaliação docente centrada no modelo ativo vai exigir a socialização de professores e alunos em valores fundamentais.*

Sueida Soares Peralta enfoca a experiência de uma Universidade particular, no processo de auto-avaliação de um curso da área de Exatas. Informa sobre o processo e discute os resultados relativos ao professor. Justifica a auto-avaliação como um importante mecanismo de ação reflexiva, em prol da formação docente e da qualidade do ensino superior. Defende que as instâncias da avaliação deveriam ser ativadas para favorecer o processo de aprendizagem: *a auto-avaliação institucional pode ser desencadeadora de algum tipo de tomada de consciência para a importância do processo de aprendizagem ao retratar os problemas, guiar o ensino e favorecer ajustes necessários.*

Boa leitura!

José Dias Sobrinho - editor